

A METODOLOGIA DO PERCURSO: UMA METODOLOGIA QUE INCENTIVA O PROTAGONISMO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Por Alberto Nascimento

PERCURSOS EXECUTADOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA FORTALECEM VÍNCULOS COM O TERRITÓRIO APROXIMANDO-SE DAS NARRATIVAS COTIDIANAS

A metodologia do Percurso ainda soa como novidade para muitos trabalhadores da Assistência Social. O Programa Direito e Cidadania tem como principal objetivo a capacitação de Orientadores Sociais para a construção de Percursos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para tanto, utiliza como referência livros escritos especificamente para fomentar o debate nestes ambientes.

Histórias são uma importante ferramenta de comunicação. Elas fundamentam nossas culturas e nos aproximam de nossas comunidades. Boas narrativas vão além de simplesmente expandir o vocabulário existencial de quem as ouve; elas permitem gerar gramáticas particulares capazes de ampliar nosso repertório de relação com todas as situações vividas.

Se essa ferramenta permite tal proximidade com outros e com o mundo, é apropriado que sua estrutura também sirva de inspiração para a construção de uma metodologia que permita ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a manifestação plena de sua função. A historiadora Samara Xavier, formadora do Programa Direito e Cidadania (PDEC), ilustra

esse paralelo: “Ao contar uma história, você se preocupa em fazer isso de uma forma eficaz. Se a gente pensar que narrativa sempre é uma sequência de acontecimentos e fatos conectados, e que esses fatos ocorrem em um determinado tempo e possuem elementos básicos estruturantes em sua composição, o Percurso também precisa ser estruturado dentro dessa lógica: ele precisa ter uma organização que conte uma ‘história’ com começo, meio e fim. É necessário que essa história seja elaborada observando um tempo (o período de duração do percurso), qual é o fato/tema gerador/situação geradora, qual território, quem são os personagens (família, crianças, adolescentes) etc.”.

O psicólogo Célio Vanderlei, também formador do PDEC, ilustra a importância do uso dos Percursos nos SCFV: “O Percurso é central para estruturar um Serviço comprometido com as transformações do seu território. Trata-se de um trabalho com a participação da criança e do adolescente no território, tendo-os como protagonistas. A equipe de orientadores apoia esse processo, desenvolvendo a atividade que se desdobra na forma de Percurso”, diz Célio.



Educadores do CCA De Olho no Futuro, em Osasco/SP, participam do espetáculo *Aquarela Social*.

Foto: Arquivo PAULUS.



Samara Xavier ministra formação do Programa Direito e Cidadania na cidade de Olinda/PE.

Foto: Arquivo PAULUS.

Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais, que atuou como Orientadora Social no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente De Olho no Futuro, complementa a relevância do uso do Percurso como ferramenta para a estreitamento da relação do Serviço com o território: “O Percurso tem sua importância dada a relação que ele estabelece com os usuários, o próprio Serviço, a família e o território. Nesse sentido, a gente valoriza o que acontece no processo mais do que no resultado, que é um dos pressupostos dessa metodologia. Um resultado é que a trajetória possibilite ganhos de consciência crítica acerca da própria existência”, afirma Mira.

Observando a necessidade de valorar o que acontece durante o desenvolver da atividade, mais do que simplesmente mirar um resultado engessado, fica claro que o exercício demanda a fluidez. A necessidade de lidar com o que quer que surja é vista com divertimento por Fábio Maganha, Supervisor do CCA De Olho no Futuro.

“O mais interessante do percurso é a imprevisibilidade. Apesar de haver um tema gerador, a partir dele vão surgindo conceitos específicos, bem particulares do território. Essa coisa de ser imprevisível é muito gostosa; você estar ali, poder ouvir o que acontece... Tem essa coisa de troca e de escuta. É perceber que às vezes o que você tem em mente cai por terra, pois você precisa seguir por outros caminhos de acordo com a demanda dos atendidos, coisa que acontece muito. Essas situações geram a possibilidade de um aprendizado mútuo. Não tem como prever tudo; apesar de existir um planejamento, no meio do caminho a gente descobre muita coisa interessante, sobretudo no próprio território: conhecemos o território mais profundamente a partir do depoimento das crianças e dos adolescentes, fazemos visitas. Às vezes a gente vai fazer uma entrevista e, no meio do caminho, vai identificando outras coisas do território. O percurso vai se moldando e dialogando com toda a complexidade do território”, diz Fábio.

| A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Essa imprevisibilidade tem fruto na relação entre orientadores e atendidos que se desenvolve nesse tipo de atividade. Como Fábio ressalta, elaborar um Percurso é planejar algo com as crianças e adolescentes e comunidade. Planejar e executar sempre em conjunto.

Samara amplia o conceito, ao declarar como o percurso é uma conexão entre o desejo de executar uma atividade com o objetivo que essa atividade tem que alcançar. Se dentro do SCFV existe o grande objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de ações desenvolvidas de um jeito planejado, sempre buscando uma reflexão e construção de consciência crítica com crianças e adolescentes, então o Percurso existe para articular todas as atividades para esta meta maior: o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ela prossegue, explicando a função de um Serviço de Convivência no território e seu papel nos vínculos ali identificados: "Falando assim, parece genérico, mas a gente precisa pensar que esse fortalecimento de vínculos vai ser pensado e articulado através de temas e debates previamente elaborados a partir de um diagnóstico feito naquele território. O Serviço precisa conhecer as demandas e as necessidades daquele território onde está alocado para entender como ele precisa atuar. Quando há um diagnóstico prévio, sabemos onde atuar. Então conseguimos construir o Percurso, ou seja, uma trajetória de atividades que vão sendo percorridas para que aquela intensão seja alcançada", esclarece.

Essa ação, simultaneamente planejada e aberta a adaptações, gera os mais diversos resultados, como exemplificado por Célio: "Surgem melhorias e contribuições na vida do território. Esta é a grande questão: que os participantes do serviço consigam promover alguma alteração concreta em termos de difundir informação, mobilizar atores sociais ou até fazer a sugestão de aprimoramento de uma política pública. Mas ele também deixa como efeito colateral a transformação do próprio participante. No momento em que desenvolve esse envolvimento com o território, ele passa a ser uma pessoa mais segura, mais coerente e consistente. Ele consolida uma noção de cidadania que não é meramente teórica: ela é concretizada por meio de uma ação de compromisso com seu território. Surge um amadurecimento no sentido de pertencimento social e comunitário, melhorias na sua convivência dentro do coletivo do qual ele faz parte, dentro da sua família, inclusive dentro da sua comunidade. Esse amadurecimento é o resultado mais interessante que nós temos visto acontecer". Sama-

ra reforça esse valor integrativo: "A sacada do Percurso é a ideia de totalidade, de articulação, de que nenhuma ação está isolada e desconectada dentro do Serviço de Convivência. A genialidade está em pensar que todas as questões que acontecem no território vão impactar no convívio e na relação das crianças e adolescentes no Serviço e, por consequência, na atuação do SCFV dentro da comunidade", afirma Samara.

Célio afirma que, apesar dos resultados, a metodologia do Percurso encontra, por vezes, alguma resistência em Serviços de Convivência. "Existe uma resistência muito grande da parte de alguns trabalhadores e de diretorias de entidades que não compreenderam o sentido e a relevância desta forma de aplicação do SCFV, muitos ainda presos ao modelo anterior de oficina, querendo ainda preparar para o mercado de trabalho ou simplesmente ensinar instrumentos musicais, artesanato e outras coisas estanques, entendendo que o imediato de uma aprendizagem imediata como essa tem mais concretude. Este é um grande obstáculo. Outro obstáculo é a própria equipe técnica ocasionalmente não saber trabalhar de outra forma. Às vezes são pessoas que têm uma trajetória muito fechada em uma atividade (artesanato, esporte etc.) e, ao começar a trabalhar no Serviço de Convivência, encontram dificuldades para fazer a transposição da sua experiência para esse novo formato", sublinha Célio Vanderlei.

Samara Xavier complementa: "As maiores dificuldades para a elaboração de um percurso são justamente a nossa reprodução de um comportamento pragmático que desmonta a forma de fazer as coisas, colocando tudo muito em caixinhas. O Percurso vem para mostrar que a vida não é tão compartimentalizada, mas acontece de forma total e integrada. Ele vem para romper com a antiga lógica", diz Samara.

Parte dessa resistência surge por conta dos resultados diferenciados obtidos com a aplicação do Percurso. Mira Lopes ilustra: "O curioso é que, em certa leitura, não existe exatamente um produto facilmente observável para revelar o que acontece no percurso, apesar de acontecer ocasionalmente. Ter um resultado tangível (no sentido mais material) não é o objetivo. O percurso não carrega em si nenhuma necessidade de que o resultado seja incrível; se for, ótimo, mas o contraponto principal é um ganho subjetivo que é dificilmente mensurável. Ele é observável para quem está ali; o orientador vai notar que uma criança que tinha muita dificuldade para falar, numa determinada atividade do percurso, por um motivo qualquer, desenvolveu uma fala, ou uma dança, ou chorou, gargalhou... É algo que você não mensura", conclui Mira.

| PERCURSO *VERSUS* OFICINA

Por muito tempo tidas como paradigma nos Serviços de Convivência e ainda utilizadas em algumas situações, as oficinas são um passo anterior do processo que culminou nos percursos. Fábio Maganha pontua como os objetivos da oficina são mais fechados, sem liberdade e flexibilidade para a criação: “Está ali, está posto e é isso. No percurso é o contrário: a gente tem mais possibilidades para criar e recriar. Quanto mais a gente cria e recria com as crianças e adolescentes, mais o percurso está dando certo. Na oficina você tem o objetivo pelo objetivo. Mas a grande diferença do percurso é você ter uma escuta ativa e, por meio dessa escuta, tomar vários caminhos e várias direções”, fala Fábio.

Conforme observa Célio, o percurso propõe uma transformação territorial: “Ele é o desenvolvimento de ações comprometidas com o território, que implicam visitas a instituições e ambiente públicos do território, mobilizações de atores no território que acrescentem ao tema abordado no percurso. Todas as atividades preparatórias e momentos prévios devem ser feitos pela equipe para garantir essa oferta levantada pelo participante do serviço. Já no modelo de oficina, ele ainda repete/simula a ideia de escola, desenvolvendo atividades que, mesmo sendo interessantes (culturais, esportivas), são estanques. Então, o velho modelo de ‘escolinha’ não atende ao sentido do SCVF. Ele pode trazer alguns elementos em termos de ampliação de informações, de acesso a experiências, ampliação de repertório da criança e do adolescente, mas está muito mais próximo do velho paradigma de ‘ocupar o tempo da criança’ do que de fato trabalhar com o seu protagonismo na vida social, que é o que está presente na ideia de percurso, na concepção de percurso”, diz Célio.

O Programa Direito e Cidadania, ação de Assessoramento da PAULUS, elabora formações e atividades focadas em capacitar os trabalhadores dos Serviços de Convivência na execução de Percursos, bem como compreender sua finalidade e objetivos. De acordo com Samara, “ele (o PDEC) ajuda a estimular a reflexão no SCFV, oferecendo uma proposta para alcançar os objetivos do Ser-

viço por meio da organização e do planejamento criticamente construído dos Percursos nos Serviços a partir a partir de textos que vão estimular diversos debates”. Ela complementa o raciocínio, observando o histórico da atuação da Assistência Social: “Outra questão fundamental é que, dentro do Social, nós temos uma trajetória de um tipo de negação dos processos de sistematização do que é feito. Nós somos trabalhadores de uma política ainda muito fixada no pragmatismo, na praticidade, na execução e na loucura do cotidiano, que é desgastante e imediatista. O PDEC transforma essa urgência do cotidiano em uma reflexão mediada e articulada pelo percurso. Ou seja, o percurso, proposto pela Política de Assistência Social, passa a ser um componente de mediação dentro do cotidiano, para que a gente saia desse imediatismo pragmático e tarefeiro”, diz.

Célio fala sobre os efeitos do Programa: “Ele impulsiona o desenvolvimento do Percurso, oferecendo o material de referência que estimula os participantes a desenvolverem atividades a partir daquele tema. Estimula, subsidia e, ao mesmo tempo, sugere uma forma de organizar o processo dentro do território. Os temas abordados são amplos o suficiente para serem adequados a vários territórios por todo o país. É um ponto de partida muito interessante para que cada local, identificando suas características próprias, desenvolva seu processo inspirado pelos livros do PDEC”.

Por fim, Fábio Maganha compartilha a experiência de um Percurso bem-sucedido na missão de fortalecer os vínculos sociais no território em que o Serviço de Convivência atua. “A gente tem uma experiência, chamada ‘15 às 15h’, que consiste em nos reunirmos com a comunidade todo dia 15, às 15 horas, para debater questões de impacto social. No ano passado, 2018, os encontros dependiam muito do nosso convite ativo à comunidade. Agora, em 2019, a comunidade está tão apropriada desse percurso que a continuidade dele tem ocorrido espontaneamente, gerando até atividades em outros equipamentos com temas expandidos por eles próprios. Posso dizer que, hoje, o ‘15 às 15h’ é um Percurso da comunidade, não do CCA”.